



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers



**INDEPENDENT
MEMBER**

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers



INDEPENDENT
MEMBER

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Concessionária Porto Novo S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessionária Porto Novo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (negativo) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Concessionária Porto Novo S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Controladora

A Companhia vem apresentando prejuízos acumulados que resultam em patrimônio líquido negativo. Portanto, a continuidade da Companhia depende de aporte financeiro por parte dos acionistas e/ou ações futuras para que possa atingir um nível de rentabilidade satisfatório. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações e não incluem nenhum ajuste relacionado ao assunto acima. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

Consolidado

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que trata do término do prazo contratual, previsto para 2026. A continuidade das operações da Companhia após essa data depende da renovação do contrato ou da celebração de novos acordos com as partes envolvidas. Embora a Administração tenha ações e planos em andamento para garantir a continuidade da atividade, a postergação do prazo não é garantida e a Companhia ainda depende da negociação futura. Essa condição gera incerteza significativa sobre a continuidade operacional da Companhia após o ano de 2026, o que pode afetar os resultados futuros e a capacidade de manutenção das operações. Nossa opinião foi modificada para refletir esta incerteza.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº12, onde o empréstimo obtido junto à Caixa Econômica Federal encontra-se pendente de liquidação, o que já resultou em cobrança que foi interposta pela Companhia. Não obtivemos, até o momento, a confirmação do saldo apresentado pela Administração da Companhia por parte da Caixa Econômica Federal. Dependendo do montante a ser informado, os valores poderão ser diferentes daqueles apresentados pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessionária Porto Novo S.A. e sua controlada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós e sobre elas emitimos relatório dos auditores datado de 31 de março de 2025, contendo a mesma incerteza e ênfase, relacionadas acima.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas internacionais de relatórios (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências obtidas de auditoria, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers



**INDEPENDENT
MEMBER**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos, caso houvesse.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026

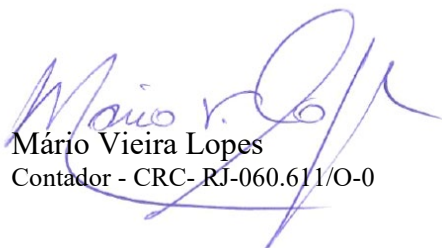


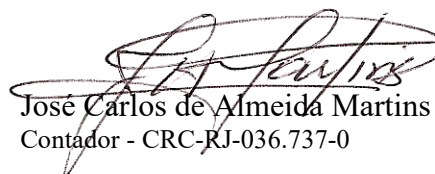
Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers



**INDEPENDENT
MEMBER**

CRC-RJ-2026/O-5


Mário Vieira Lopes
Contador - CRC- RJ-060.611/O-0


José Carlos de Almeida Martins
Contador - CRC-RJ-036.737-0

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.212	13.477	42.160	32.595	Fornecedores	11	46.681	52.394	46.745	52.495
Contas a receber	6	1.118.493	1.070.852	1.118.889	1.071.244	Empréstimos e financiamentos	12	1.249.501	1.093.049	1.249.501	1.093.049
Estoques		-	88	-	88	Salários e encargos		-	-	334	306
Adiantamentos a fornecedores	7	4.216	1.893	4.216	1.893	Impostos a recolher	13.1	49	51	318	237
Impostos a recuperar	8	35.617	35.550	36.440	36.407	PIS, COFINS e ISS diferidos	13.2	100.154	97.614	100.154	97.614
Despesas antecipadas		91	111	91	111	Receita diferida		149.130	152.168	150.086	153.054
Outros ativos		597	942	750	1.102	Outros		-	131	-	131
		<u>1.176.226</u>	<u>1.122.913</u>	<u>1.202.546</u>	<u>1.143.440</u>			<u>1.545.515</u>	<u>1.395.407</u>	<u>1.547.138</u>	<u>1.396.886</u>
Não Circulante						Não Circulante					
Realizável a longo prazo:						Receita diferida		-	-	-	32
Contas a receber	6	5.659	16.549	5.659	16.549			-	-	-	32
Impostos a recuperar	8	-	-	-	2	Patrimônio líquido					
IR e CSLL Diferidos	14.1 e 14.3	10.699	10.876	10.780	11.313	Capital social	17.1	35.293	35.293	35.293	35.293
		<u>16.358</u>	<u>27.425</u>	<u>16.439</u>	<u>27.864</u>	Prejuízos acumulados	17.4	(360.465)	(254.834)	(360.465)	(254.834)
Investimentos:								<u>(325.172)</u>	<u>(219.541)</u>	<u>(325.172)</u>	<u>(219.541)</u>
Controladas	9	27.464	25.122	-	-						
Imobilizado	10	-	-	1.944	3.362						
Intangível	10	295	406	1.036	2.711						
		<u>44.117</u>	<u>52.953</u>	<u>19.419</u>	<u>33.937</u>						
Total do ativo		<u>1.220.343</u>	<u>1.175.866</u>	<u>1.221.966</u>	<u>1.177.377</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.220.343</u>	<u>1.175.866</u>	<u>1.221.966</u>	<u>1.177.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	18	3.724	4.517	17.547	17.612
Custo dos serviços prestados	19	(3.167)	(3.900)	(10.315)	(11.073)
Lucro bruto		<u>557</u>	<u>617</u>	<u>7.232</u>	<u>6.539</u>
Receita (Despesas)					
Despesas operacionais	19	-	-	(6.004)	(6.457)
Outros resultados		2.240	33	2.240	33
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.342	782	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>5.139</u>	<u>1.432</u>	<u>3.468</u>	<u>115</u>
Receitas financeiras	20	47.747	1.406.717	50.569	1.408.409
Despesas financeiras	20	(158.340)	(129.993)	(158.343)	(130.000)
Resultado financeiro		<u>(110.593)</u>	<u>1.276.724</u>	<u>(107.774)</u>	<u>1.278.409</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(105.454)</u>	<u>1.278.156</u>	<u>(104.306)</u>	<u>1.278.524</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	14.4	-	-	(1.148)	(368)
Diferidos	14.2	(177)	(55.995)	(177)	(55.995)
		<u>(177)</u>	<u>(55.995)</u>	<u>(1.325)</u>	<u>(56.363)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>(105.631)</u>	<u>1.222.161</u>	<u>(105.631)</u>	<u>1.222.161</u>
Lucro líquido (Prejuízo) por ação (expressos em reais -R\$):		<u>34,6290</u>	<u>34,6290</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (negativo)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Lucro / Prejuízos acumulados</u>	<u>Total controladora e consolidado</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2024	17.1	35.293	(1.476.995)	(1.441.702)
Lucro do exercício		-	1.222.161	1.222.161
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.1	35.293	(254.834)	(219.541)
Prejuízo do exercício		-	(105.631)	(105.631)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.1	35.293	(360.465)	(325.172)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(105.454)	1.278.156	(104.306)	1.278.524
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:					
Depreciação e amortização	19	111	163	3.206	3.330
Valor residual de imobilizado e intangível baixado		-	(33)	-	(33)
Créditos de PIS/COFINS de depreciação e amortização		-	-	22	31
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12.2	156.452	107.200	156.452	107.200
Provisão/estorno taxa de rentabilidade 2% sobre empréstimo		-	(1.357.405)	-	(1.357.405)
Outros juros e variações monetárias, líquidas		1.889	22.793	1.889	22.793
Provisão de Imposto de renda e contribuição social corrente/difêrdo		(177)	(55.995)	(1.325)	(56.363)
Resultado de equivalência patrimonial	9	<u>(2.342)</u>	<u>(782)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		50.479	(5.903)	55.938	(1.923)
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		(36.751)	(52.722)	(36.755)	(52.743)
Adiantamentos a fornecedores e contratuais		(2.323)	(494)	(2.323)	(494)
Impostos a recuperar		(67)	1.070	(31)	949
Despesas antecipadas		20	9	20	9
Estoques		88	94	88	94
Ativos financeiros de natureza imobiliária restritos		-	49.523	-	49.523
Outros ativos		345	(301)	352	(299)
Fornecedores		(5.713)	(12.122)	(5.750)	(12.086)
Salários e encargos		-	(56)	28	(28)
Impostos a recolher		(2)	(70)	81	(67)
PIS, Cofins e ISS diferidos		2.540	(663)	2.540	(663)
Receita diferida		(3.038)	(4.024)	(3.001)	(4.032)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		177	55.996	533	56.113
Outras contas a pagar		<u>(131)</u>	<u>(74)</u>	<u>(132)</u>	<u>(74)</u>
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais		<u>5.624</u>	<u>30.263</u>	<u>11.588</u>	<u>34.279</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição/venda de imobilizado e intangível		-	(38)	(135)	(291)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>(38)</u>	<u>(135)</u>	<u>(291)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento/redução de empréstimos e financiamentos	12.2	156.452	(1.250.205)	156.452	(1.250.205)
Juros e multa s/ empréstimos, financiamentos e outros	12.2	(158.341)	(129.993)	(158.341)	(129.993)
Reversão da taxa de rentabilidade s/empréstimo de 2%		-	1.357.405	-	1.357.405
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento		<u>(1.889)</u>	<u>(22.793)</u>	<u>(1.889)</u>	<u>(22.793)</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>3.735</u>	<u>7.432</u>	<u>9.565</u>	<u>11.196</u>
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	13.477	6.045	32.595	21.399
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	<u>17.212</u>	<u>13.477</u>	<u>42.160</u>	<u>32.595</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>3.735</u>	<u>7.432</u>	<u>9.565</u>	<u>11.196</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional e Informações Gerais

A Concessionária Porto Novo S.A. (“Companhia”), tem como objeto exclusivo, através de Contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”), a prestação de serviços visando a revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico Região do Porto do Rio de Janeiro - AEIU Portuária (“AEIU”), de acordo com o Edital de Concorrência Pública, nº 001/2010 da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento e Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR (antiga Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. – CDURP).

A Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho.

Em 15 de junho de 2011, a Companhia, com sede na Rua Pedro Alves, 307 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ, começou suas operações conforme primeira Ordem de Início emitida pela Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR (antiga CDURP), conforme estabelecido em contrato.

Conforme nota explicativa nº 2, a companhia possui contrato de execução de obras e prestação de serviços na região do Porto Maravilha até o ano de 2026.

Conforme cláusula 4.5.1.1. do Contrato de Parceria Público Privada, a exigibilidade de cada etapa de execução do contrato está condicionada à emissão de Ordem de Início específica pelo Poder Concedente à Companhia, a qual somente será emitida depois de demonstrado que a Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (“FII Porto Maravilha”) dispõe de recursos, em montante igual ou superior às quantias de cada etapa.

Situação atual da Companhia:

A Companhia vem negociando com o Poder Concedente a reprogramação para reinício das obras. O Plano de negócio da Companhia prevê a continuidade total ou parcial dos serviços operacionais relacionados na nota explicativa 2.1, considerando o pagamento da contraprestação mensal pela CCPAR (antiga CDURP). Havendo, ainda, a possibilidade de continuidade da Cia., apenas, para recebimento de Correção Monetária do contas a receber relativo às Notas Fiscais que estão em garantia com CEPACs, considerando que o principal seja quitado com os referidos Certificados.





.2.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 11 de outubro de 2022, a Companhia fechou acordo com a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR (antiga CDURP), para quitação das notas fiscais referentes aos reembolsos dos custos de manutenção da ordem 6.A, no valor histórico de R\$ 63.799.723,34 (sessenta e três milhões, setecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos), serviços prestados do 14º aditivo da ordem 6.T, no valor histórico de R\$ 3.706.338,14 (três milhões, setecentos e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e quatorze centavos) e dos serviços prestados relativos aos 6º e 8º Aditivos, no valor histórico de R\$ 8.092.496,99 (oito milhões, noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e nove centavos), num total de R\$ 75.598.558,47 (setenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

Foi concedido desconto no valor de R\$ 30.598.558,47 (trinta milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos). O saldo líquido de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões) será pago em 23 parcelas no período de outubro de 2022 a dezembro de 2024.

Em 18 de setembro de 2024, a Companhia celebrou com a TS-22 Participações LTDA um contrato de compra e venda de 31.091 (trinta e um mil e noventa e um) CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), pelo preço unitário de R\$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando a quantia de R\$ 24.872.800,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil e oitocentos reais). A transação foi dividida em duas etapas, sendo: i) primeira etapa, 28.713 (vinte oito mil, setecentos e treze) CEPACs, no total de R\$ 22.970.400,00 (vinte e dois milhões, novecentos e setenta mil e quatrocentos reais), com pagamento parcelado em 36 parcelas mensais, no período de setembro de 2024 a agosto de 2027 e ii) segunda etapa, 2.378 (dois mil, trezentos e setenta e oito) CEPACs, no total de R\$ 1.902.400,00 (um milhão, novecentos e dois mil e quatrocentos reais) cuja efetivação ocorreu em 18 de agosto de 2025, com pagamento parcelado em 24 parcelas mensais, no período de agosto de 2025 a julho de 2027.

1.1. TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A. (“TCR”)

Em 13 de maio de 2013, a Companhia constituiu sua subsidiária integral TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A., que tem como objetivo a exploração de receitas acessórias de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), inclusive as atividades de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia (“Projeto Associado”), através da utilização de fibra óptica e demais atividades do Contrato de PPP autorizada através do OFÍCIO CDURP/DOP 049/2013 de 18 de abril de 2013.





.3.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A TCR é uma companhia prestadora de serviços de telecomunicações licenciada pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel (“ANATEL”) e tem como objeto social implantar, operar, manter e gerenciar a principal infraestrutura compartilhada de telecomunicações da AEIU, criada pela Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009, do Município do Rio de Janeiro. A TCR tem como clientes, exclusivamente, as operadoras licenciadas pela Anatel, que desejam prestar serviços de telecomunicações nessa região.

Em 20 de setembro de 2013, foi publicada a autorização concedida pela ANATEL para exploração de suas atividades, sendo a data de início de suas operações.

Situação atual do Projeto Associado – TCR:

Em decorrência das mudanças no cenário econômico do país e do setor imobiliário, especialmente no exercício de 2016, a Administração reavaliou sua estratégia de investimentos e seu plano de negócios. O plano anterior estava baseado em premissas que não se concretizaram, com o início de empreendimentos na região do Porto Maravilha, o esperado crescimento populacional e sinergias operacionais com a Concessionária Porto Novo S.A., cujas obras foram significativamente reduzidas desde 2016.

Em resposta, a Administração traçou um novo plano de ação, focado em quatro iniciativas principais:

- Disponibilidade de rede de fibra óptica;
- Aluguel de dutos e subdutos;
- Equalização de custos e despesas administrativas; e
- Adequação dos novos investimentos.

Em 2025, a Administração continuou implementando essas ações para assegurar a continuidade das atividades da Cia., considerando as seguintes possibilidades:

- a) Encerramento de seu contrato com o Poder Concedente, com vencimento em 14 de junho de 2026;
- b) Continuidade das atividades operacionais da Cia., considerando as negociações em andamento junto ao Poder Concedente.

Adicionalmente, os recursos necessários para manutenção das atividades operacionais, em caso de déficit do fluxo de caixa da Companhia, serão financiados pelos seus acionistas.





.4.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a TCR apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 28.811 (R\$ 31.153 em 2024), apresentou lucro no exercício de R\$ 2.342 (Lucro de R\$ 782 em 2024) e capital circulante líquido no montante de R\$ 24.698 (R\$ 19.048 em 2024).

2 - Contrato de Parceria Público - Privada - PPP

2.1. Concessionária Porto Novo S.A.

O Contrato de PPP, criado com base no Edital de Licitação Concorrência Pública nº 001/2010, tem como principais objetivos: estruturar a malha viária na área de intervenção, AEIU Portuária, e está com a área central da cidade e bairros do entorno, através da criação de novas vias, urbanização de vias existentes, construindo obras de arte e outros, que possibilitem que a região absorva o tráfego de veículos e substitua as vias mais importantes, hoje utilizadas, que atravessam a região.

O objeto do contrato visa oferecer à população, áreas para uso social, turístico, cultural e de lazer, sem prejuízo de outros benefícios e externalidades advindas da revitalização da AEIU Portuária, tais como a valorização imobiliária da região e de seu entorno.

O Contrato de PPP não modifica a natureza jurídica de bens públicos de uso comum do povo ou especiais e, conforme o caso, dos Equipamentos Públicos, nem transfere a propriedade dos mesmos à Concessionária, cabendo-lhe tão somente executar os serviços e as atividades autorizadas pelo Contrato de PPP.

Quanto aos serviços de natureza contínua, poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, pelo mesmo prazo, observado o limite previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 101/09, conforme análise do Poder Concedente que observará, dentre outras coisas, a performance da Concessionária e a conveniência administrativa de manutenção do regime de contratação de PPP.

Aditivo - PPP

Em 22 de março de 2013, a Companhia celebrou aditivo junto à Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR (antiga CDURP). Esse aditivo tem por objeto a complementação das obras do sistema viário do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, através da expansão do traçado da Via Expressa e complementação da remoção do elevado da Perimetral e respectiva urbanização.





.5.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O aditivo acresce também os serviços de manutenção e conservação exclusivamente na nova extensão do Túnel da Via Expressa após a conclusão das obras, no que se refere às atividades de limpeza, pintura e manutenção, conforme descrito no Programa - Estrutura, Subprograma - Pontes, Viadutos, Túneis e Passarelas do Anexo 6 do Contrato de PPP - Proposta Econômica.

Vigência do contrato

A vigência do contrato será de 15 anos contados do implemento da primeira ordem de início, que ocorreu em 15 de junho de 2011, podendo ser prorrogado mediante comum acordo entre as partes.

Reversão de bens

Ao término do contrato, serão revertidos ao Poder Concedente todos os direitos e demais ativos associados aos bens de qualquer natureza, tais como, e não se limitando a, automóveis e equipamentos eletrônicos, softwares, dados cadastrais e usuários, imóveis, fornecedores e todos os demais dados referentes aos serviços e obras, etc., sendo que quaisquer ônus ou garantias instituídas, e ainda não cancelados sobre tais bens se sub-rogarão no eventual direito à indenização atribuível à Concessionária, preservada a ordem de preferência legal em função da precedência de registro dos respectivos ônus e garantia real.

Os recebíveis contratuais serão contabilizados como ativo financeiro, considerando que os bens recebidos e/ou construídos não são bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Concessionária, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operação que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

2.2. Termo de autorização – TCR

A Companhia assinou em 4 de setembro de 2013, o “TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE REDE DE GALERIAS, DUTOS E CAIXAS DE PASSAGEM PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELECOMUNICAÇÃO COM SOLUÇÃO FTTH E FTTB DE ALTA CAPACIDADE” com a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR (antiga CDURP), autorizando a Companhia ao direito de uso da rede de galerias, dutos e caixas de passagem constante de projeto de telecomunicações a ser implementado pela TCR no âmbito do contrato de PPP, visando a execução do projeto associado, objeto da autorização.

As galerias, dutos e caixas de passagem se destinarão, exclusivamente, à utilização pela Companhia com a seguinte finalidade:

- Operação e manutenção da infraestrutura subterrânea de telecomunicações;
- Instalação e manutenção de cabos de fibras ópticas;





.6.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- Prestação de serviços de telecomunicações a outras empresas desse setor, mediante a oferta de capacidade de transporte (fibras ópticas acesas);
- Oferta de capacidade de rede (fibras ópticas apagadas); e
- Prestação de serviços de telecomunicações no âmbito do programa nacional de banda larga e do projeto Cidades Digitais.

2.2.1. Vigência

O presente termo de autorização vigorará até a data de 14 junho de 2026, podendo ser prorrogado mediante comum acordo entre as partes.

2.2.2. Pagamento da autorização de exploração de receitas acessórias

Conforme cláusula oitava do Contrato de PPP, caso a execução das atividades venha gerar receitas acessórias, estas deverão ser compartilhadas com o Poder Concedente, num montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido para cada parte. Em 23 de dezembro de 2013, a Controlada repassou à CCPAR (antiga CDURP) a quantia de R\$ 19.184, conforme cláusula sétima do Termo de Autorização, referente à estimativa de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, equivalente a todo o prazo de vigência do Projeto Associado.

Nesta mesma data a Companhia repassou para sua controlada a título de Adiantamento para futuro aumento de capital esse montante, considerando que esta é quem vai explorar as atividades de TELECOM. Este montante foi contabilizado como Autorização de Exploração conforme nota explicativa nº 10.2 e vem sendo amortizado linearmente até o final do prazo de autorização.

2.2.3. Reversão de bens

Findo o prazo de Autorização, a TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A. deverá restituir à CCPAR (antiga CDURP) a posse dos bens objeto da autorização, tais como rede de galerias, dutos e caixas de passagem e fibra óptica, sem que lhe caiba ressarcimento por qualquer benfeitoria que tenha sido realizada.





.7.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

3 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo IASB.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

3.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de sua controlada. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Resultados abrangentes

Em 2025 e 2024 a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração.

4 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

4.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.





.8.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Categoria de instrumentos financeiros:

4.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionados acima.

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

Os ativos financeiros compreendem:

4.1.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

4.1.1.2. Contas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.





.9.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

4.1.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia e sua controlada não efetuaram transações com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

4.1.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; e (b) outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado.

Os passivos financeiros da Companhia e sua controlada são, substancialmente, representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 11 e 12 às demonstrações financeiras.

Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

4.2. Investimento em controlada

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle). Esses investimentos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.





.10.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

4.3. Imobilizado e intangível

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação/amortização, a qual se inicia quando estão prontos para uso pretendido, e reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação/amortização são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta “outras receitas”.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e sua controlada, originados por operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo-se no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos às depreciações.

4.4. Ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que pode ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e dos depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, da seguinte forma:

- (i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) passivos contingentes – as provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia e de suas controladas.





.11.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

4.5. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A Companhia reconhece a receita utilizando a metodologia do POC (Percentage of Completion method), que consiste no reconhecimento da receita com base percentual de evolução do contrato, baseado no custo incorrido ao longo da execução. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato, atualizado anualmente pelo IPCA.

4.6. Contratos de concessão – ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A Concessionária reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros, classificados como empréstimos e recebíveis, são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial, posteriormente, pelo custo amortizado.

4.7. Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro inclui, basicamente, rendimentos sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos, os quais são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

4.8. Imposto de renda e contribuição social

Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.





.12.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

4.9. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.





.13.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e perdas relacionadas a contas a receber e recuperação do valor de ativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e sua controlada, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

4.11. Prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

4.12. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas.





.14.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada. Os critérios de consolidação integral foram aplicados, conforme o quadro a seguir:

Companhia	Consolidação	Participação	
		2025	2024
TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A.	Integral	100%	100%

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	2	2	5	5
Bancos	41	3	44	53
Aplicações financeiras	17.169	13.472	42.111	32.537
	<u>17.212</u>	<u>13.477</u>	<u>42.160</u>	<u>32.595</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas equivalentes a percentuais do CDI, que variam entre 95% e 100%.

6 - Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CCPAR- Garantias CEPACs (i)	731.705	731.705	731.705	731.705
CCPAR- (ii)	-	716	-	716
Atualização Contratual (iii)	378.137	330.733	378.137	330.733
CCISA206 (TS-22) - (iv)	12.761	24.206	12.761	24.206
CCISA152 (TS-22) - (iv)	1.506	-	1.506	-
Outros	43	41	439	433
	<u>1.124.152</u>	<u>1.087.401</u>	<u>1.124.548</u>	<u>1.087.793</u>

- (i) O montante é composto por valores faturados que estão em atraso, tendo como garantias CEPACs - Aditivo 12º.
- (ii) As Faturas vencidas sem garantias foram negociadas, em 11 de outubro de 2022, conforme acordo descrito no item 1 (situação atual da companhia), para quitação das faturas relativas às ordens de serviço 6.A e 6.T.





.15.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- (iii) De acordo com o 12º termo aditivo do Contrato PPP, cláusula 1.1.2.1 do referido termo aditivo, a totalidade das parcelas em aberto das Contraprestações Públicas Anuais da Sexta Etapa e as demais faturas de parcelas da Contraprestação Pública Anual emitidas ao longo da execução da Sexta Etapa, por superarem o prazo de 12 (doze) meses a contar do vencimento original até a respectiva quitação, deverão ser corrigidas pelo IPCA, a contar da data de vencimento da respectiva fatura até a data de quitação, conforme estabelecido no fluxo de pagamento do Anexo 11 deste Termo Aditivo.
- (iv) A companhia possuía o montante de R\$ 49.523 aplicados em CEPACs, emitidos pelo Fundo de Investimento que é administrado pela Caixa Econômica Federal, em 18 de setembro de 2024, conforme acordo descrito no item 1 (situação atual da companhia); esses CEPACs foram vendidos.

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração avaliou que não há expectativa de perda relevante sobre os referidos saldos, tendo em vista que entende ser provável a sua realização, com base na análise das condições contratuais, existência de garantias e no estágio atual das discussões judiciais. Dessa forma, não foi constituída qualquer provisão para perdas desses créditos.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Atualização Contratual	378.137	330.733	378.137	330.733
Faturas:				
A vencer	14.310	24.247	14.461	24.344
vencidos até 30 dias	-	-	245	295
vencidos de 91 a 180 dias	-	-	-	-
Mais de 181 dias	731.705	732.421	731.705	732.421
	<u>1.124.152</u>	<u>1.087.401</u>	<u>1.124.548</u>	<u>1.087.793</u>

7 - Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores (i)	4.216	1.893	4.216	1.893
	<u>4.216</u>	<u>1.893</u>	<u>4.216</u>	<u>1.893</u>

- (i) Refere-se basicamente aos adiantamentos efetuados a fornecedores para compras de materiais e para prestação de serviços.





.16.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

8 - Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS	6.254	6.261	6.254	6.261
COFINS	28.807	28.840	28.807	28.840
IRPJ	556	449	1.266	1.203
CSLL	-	-	66	59
ISS	-	-	47	46
	<u>35.617</u>	<u>35.550</u>	<u>36.440</u>	<u>36.409</u>
Circulante	<u>35.617</u>	<u>35.550</u>	<u>36.440</u>	<u>36.407</u>
Não Circulante	-	-	-	2

9 - Investimentos

9.1. Controlada

a) Informações sobre o investimento na TCR:

	Quantidade total de ações	Participação no capital social	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Em 31/12/2025	56.274.770	100%	56.275	27.464	2.342
Em 31/12/2024	56.274.770	100%	56.275	25.122	782

10 - Imobilizado e Intangível

10.1. Controladora

	Taxas (*)	2025		2024
		Custo	Amortização	Saldo líquido
<u>Intangível</u>				Saldo líquido
Móveis e utensílios	10,00%	4	(4)	-
Equipamentos de informática	20,00%	252	(252)	-
Máquinas e equipamentos	10,00%	213	(158)	55
Equipamentos de monitoramento – PMV	20,00%	771	(771)	-
Câmeras	20,00%	3.589	(3.589)	-
Rádio de comunicação de dados	20,00%	50	(50)	-
Software	20,00%	2.200	(2.200)	-
Marcas e patentes	20,00%	20	-	20
Outros	20,00%	1.398	(1.178)	220
		<u>8.497</u>	<u>(8.202)</u>	<u>295</u>
				<u>406</u>

(*) Média ponderada das taxas anuais de amortização, conforme vida útil estimada.





.17.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A seguir, demonstramos o mapa de movimentação do exercício da controladora:

<u>Intangível</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/23</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/24</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/25</u>
<u>Custo</u>							
Móveis e utensílios	342	-	(338)	4	-	-	4
Equipamentos de informática	332	-	(11)	321	-	(69)	252
Máquinas e equipamentos	827	-	(581)	246	-	(33)	213
Equipamentos de monitoramento – PMV	771	-	-	771	-	-	771
Câmeras	3.589	-	-	3.589	-	-	3.589
Rádio de comunicação de dados	585	-	(82)	503	-	(453)	50
Software	2.200	-	-	2.200	-	-	2.200
Marcas e patentes	20	-	-	20	-	-	20
Outros	1.354	98	(54)	1.398	-	-	1.398
	<u>10.020</u>	<u>98</u>	<u>(1.066)</u>	<u>9.052</u>	<u>-</u>	<u>(555)</u>	<u>8.497</u>
 <u>Amortização</u>							
Móveis e utensílios	(338)	(3)	337	(4)	-	-	(4)
Equipamentos de informática	(318)	(6)	10	(314)	-	62	(252)
Máquinas e equipamentos	(651)	(75)	557	(169)	-	11	(158)
Equipamentos de monitoramento – PMV	(771)	-	-	(771)	-	-	(771)
Câmeras	(3.589)	-	-	(3.589)	-	-	(3.589)
Rádio de comunicação de dados	(585)	-	82	(503)	-	453	(50)
Software	(2.184)	(14)	-	(2.198)	(2)	-	(2.200)
Outros	(1.086)	(65)	53	(1.098)	(80)	-	(1.178)
	<u>(9.522)</u>	<u>(163)</u>	<u>1.039</u>	<u>(8.646)</u>	<u>(82)</u>	<u>526</u>	<u>(8.202)</u>
	<u>498</u>	<u>(65)</u>	<u>(27)</u>	<u>406</u>	<u>(82)</u>	<u>(29)</u>	<u>295</u>



.18.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

10.2. Consolidado

		2025		2024	
	Taxas (*)	Custo	Depreciação e amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10,00%	33	(23)	10	12
Equipamentos de informática	20,00%	363	(248)	115	151
Máquinas e equipamentos	10,00%	3.477	(3.003)	474	496
Instalações de rede	8,33%	17.410	(16.065)	1.345	2.703
		21.283	19.339	1.944	3.362
(-) Redução ao valor recuperável				1.944	3.362
Intangível					
Móveis e utensílios		4	(4)	-	-
Equipamentos de informática		252	(252)	-	7
Máquinas e equipamentos		213	(158)	55	77
Equipamentos de monitoramento - PMV		771	(771)	-	-
Câmeras		3.589	(3.589)	-	-
Rádio de comunicação de dados		50	(50)	-	-
Autorização de exploração		19.184	(18.489)	695	2.232
Software		5.324	(5.280)	44	73
Marcas e patentes		22	-	22	22
Outros		1.398	(1.178)	220	300
		30.807	(29.771)	1.036	2.711
(-) Redução ao valor recuperável				1.036	2.711
				2.980	6.073

(*) Média ponderada das taxas anuais de depreciação e amortização, conforme vida útil estimada.





.19.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A seguir demonstramos o mapa de movimentação Imobilizado e Intangível do exercício consolidado.

<u>Imobilizado</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/23</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/24</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/25</u>
<u>Custo</u>							
Móveis e utensílios	33	-	-	33	-	-	33
Equipamentos de informática	331	16	-	347	16	-	363
Máquinas e equipamentos	3.391	25	-	3.416	61	-	3.477
Instalações de rede	17.140	212	-	17.352	58	-	17.410
	<u>20.895</u>	<u>253</u>	<u>-</u>	<u>21.148</u>	<u>135</u>	<u>-</u>	<u>21.283</u>
<u>Depreciação</u>							
Móveis e utensílios	(20)	(1)	-	(21)	(2)	-	(23)
Equipamentos de informática	(145)	(51)	-	(196)	(52)	-	(248)
Máquinas e equipamentos	(2.779)	(141)	-	(2.920)	(83)	-	(3.003)
Instalações de rede	(13.216)	(1.433)	-	(14.649)	(1.416)	-	(16.065)
	<u>(16.160)</u>	<u>(1.626)</u>	<u>-</u>	<u>(17.786)</u>	<u>(1.553)</u>	<u>-</u>	<u>(19.339)</u>
	<u>4.735</u>	<u>(1.373)</u>	<u>-</u>	<u>3.362</u>	<u>(1.418)</u>	<u>-</u>	<u>1.944</u>
<u>Intangível</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2025</u>
<u>Custo</u>							
Móveis e utensílios	342	-	(338)	4	-	-	4
Equipamentos de informática	332	-	(11)	321	-	(69)	252
Máquinas e equipamentos	827	-	(581)	246	-	(33)	213
Equipamentos de monitoramento - PMV	771	-	-	771	-	-	771
Câmeras	3.589	-	-	3.589	-	-	3.589
Rádio de comunicação de dados	585	-	(82)	503	-	(453)	50
Autorização de exploração	19.184	-	-	19.184	-	-	19.184
Software	5.324	-	-	5.324	-	-	5.324
Marcas e patentes	22	-	-	22	-	-	22
Outros	1.354	98	(54)	1.398	-	-	1.398
	<u>32.330</u>	<u>98</u>	<u>(1.066)</u>	<u>31.362</u>	<u>-</u>	<u>(555)</u>	<u>30.807</u>
<u>Amortização</u>							
Móveis e utensílios	(338)	(3)	337	(4)	-	-	(4)
Equipamentos de informática	(318)	(6)	10	(314)	-	62	(252)
Máquinas e equipamentos	(651)	(75)	557	(169)	-	11	(158)
Equipamentos de monitoramento - PMV	(771)	-	-	(771)	-	-	(771)
Câmeras	(3.589)	-	-	(3.589)	-	-	(3.589)
Rádio de comunicação de dados	(585)	-	82	(503)	-	453	(50)
Autorização de exploração	(15.411)	(1.541)	-	(16.952)	(1.537)	-	(18.489)
Software	(5.206)	(45)	-	(5.251)	(29)	-	(5.280)
Outros	(1.086)	(65)	53	(1.098)	(80)	-	(1.178)
	<u>(27.955)</u>	<u>(1.735)</u>	<u>1.039</u>	<u>(28.651)</u>	<u>(1.646)</u>	<u>526</u>	<u>(29.771)</u>
	<u>4.375</u>	<u>(1.637)</u>	<u>(27)</u>	<u>2.711</u>	<u>(1.646)</u>	<u>(29)</u>	<u>1.036</u>





.20.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

10.3. Ativos cedidos em garantia

A Companhia e sua subsidiária não possuem bens dados em garantia.

11 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços - partes relacionadas	46.609	52.325	46.609	52.325
Materiais e serviços	3	3	59	97
Retenção contratual	69	66	77	73
	<u>46.681</u>	<u>52.394</u>	<u>46.745</u>	<u>52.495</u>

12 - Empréstimos e Financiamentos

A Companhia possui empréstimo garantidor com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$1.249.501 (em 2024 R\$1.093.049), com encargos financeiros conforme nota 12.2.

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Passivo Circulante	1.249.501	1.093.049
	<u>1.249.501</u>	<u>1.093.049</u>

Em 22 de março de 2019 a CEF ingressou com ação de execução de título executivo extrajudicial, requerendo o pagamento dos valores vencidos.

Em 23 de setembro de 2019 a Concessionária Porto Novo S.A. opôs Embargos à Execução, apresentando sua tese de defesa para demonstrar que o valor cobrado não poderia ser exigido, considerando que o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (“FII Porto Maravilha”), administrado pela CEF, tem um passivo junto à companhia, sendo assim, os contratos coligados.

Em 26 de setembro de 2019 o juiz responsável pelo caso concedeu a tutela provisória, proferindo decisão que deferiu o efeito suspensivo aos embargos opostos pela CPN.





.21.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 29 de setembro de 2021, foi proferida sentença de improcedência dos embargos à execução. Em 05 de novembro de 2021 interpusemos apelação contra a sentença nos embargos à execução, sendo os autos remetidos ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região RF em 02 de dezembro de 2021 e distribuídos à 8ª. Turma Especializada.

Em 08/03/2023, a 8ª. Turma Especializada do TRF da 2ª Região não deu provimento ao recurso de apelação. Em 06/10/2023, a CPN interpôs recurso especial que aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Cumprе ressaltar que para a apresentação dos embargos à execução, a Concessionária Porto Novo S.A. apresentou em juízo as mesmas garantias previstas na CCB assinada em 12 de janeiro de 2017.

12.1. Empréstimos garantidos (Companhia)

Garantias

A Companhia, para aquisição dos empréstimos descritos acima, deu as seguintes garantias:

- Penhor de 100% das ações de seu capital social, todas subscritas e integralizadas;
- Cessão fiduciária dos direitos emergentes na totalidade do Contrato de Cessão Fiduciária de Valores Mobiliários, propriamente em CEPAC (Certificado de Potencial Adicional de Construção), firmado entre a CCPAR (antiga CDURP) e a Concessionária Porto Novo, no percentual de 125% do saldo devedor da operação, garantia a ser constituída ao longo do período de carência, isto é, ao longo dos 18 (dezoito) primeiros meses, contados da assinatura da cédula.

12.2. Movimentação

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.343.254
Juros financeiros provisionados	107.200
Estorno taxa de rentabilidade 2%	(1.357.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.093.049
Juros financeiros provisionados	156.452
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.249.501





.22.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A companhia, em 04/07/2024, estornou o valor contabilizado a título de Provisão relativa à taxa de rentabilidade de 2%, considerando que sua classificação mudou de provável para possível, conforme relatório dos Consultores Jurídicos FCDG.

13 - Impostos a Recolher, PIS, COFINS e ISS Diferidos

13.1. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS	4	3	16	14
COFINS	18	16	75	69
ISS	2	2	16	14
IRRF	4	5	37	34
INSS	9	9	10	9
IRPJ	-	-	57	-
CSLL	-	-	31	18
ICMS	-	-	44	46
Outros	12	16	32	33
	<u>49</u>	<u>51</u>	<u>318</u>	<u>237</u>

13.2. PIS, COFINS e ISS diferidos

A companhia provisionou PIS, COFINS e ISS sobre as receitas não realizadas até a data do balanço, como segue:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo de receita op. não realizada (i)	582.574	580.197
PIS - 1,65%	9.613	9.573
COFINS - 7,6%	44.276	44.095
	<u>53.889</u>	<u>53.668</u>
Saldo de receita financeira não realizada	378.137	330.725
PIS - 0,65%	2.458	2.150
COFINS - 4%	15.125	13.229
	<u>17.583</u>	<u>15.379</u>
Saldo de receita op. não realizada (i)	573.641	571.340
ISS - 5%	28.682	28.567
	<u>100.154</u>	<u>97.614</u>





.23.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- (i) A diferença entre as bases de receitas operacionais não realizadas é em função de notas fiscais onde o pagamento do ISS foi realizado na data da emissão.

14 - Imposto de Renda e Contribuição Social

14.1. IR e CSLL diferidos (ativo)

	Controladora	
	2025	2024
<u>Base ativa:</u>		
Base negativa e prejuízo fiscal	165.632	165.632
<u>Base passiva:</u>		
Lucros não realizados - órgãos públicos do exercício	665	880
Lucros não realizados - órgãos públicos de exercícios anteriores	133.500	132.763
	<u>134.165</u>	<u>133.643</u>
Base líquida	<u>31.467</u>	<u>31.989</u>
Alíquota efetiva – 34%		
IRPJ e CSLL diferidos	<u>10.699</u>	<u>10.876</u>

14.2. IR e CSLL diferidos sobre o lucro (resultado)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora	
	2.025	2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(105.454)	1.278.156
Adições:		
Realização dos Lucros Diferidos de exercícios anteriores	143	4.576
Provisões temporárias	2.204	2.296
Exclusões:		
Exclusões temporárias	(47.404)	(49.367)
Lucros a Diferir de Obras Públicas do exercício	(665)	(880)
Equivalência Patrimonial	(2.342)	(782)
Reversão da taxa de rentabilidade sobre empréstimo de 2%	-	(1.357.405)
Prejuízo fiscal e base negativa	(153.518)	(123.406)
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado:		
Diferidos	(177)	(55.995)
	<u>(177)</u>	<u>(55.995)</u>





.24.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 2025, a Companhia não contabilizou IR/CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, por ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros. Em 2024, foram revertidos o IR/CSLL diferidos sobre a taxa de rentabilidade de 2% incidente sobre empréstimo.

14.3. TCR - IR e CSLL diferidos (ativo)

	2025	2024
<u>Base ativa:</u>		
Base negativa e prejuízo fiscal	238	1.285
Base líquida	238	1.285
Alíquota efetiva – 34%		
IRPJ e CSLL diferidos	81	437

14.4. TCR - IR e CSLL diferidos (resultado)

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.490	1.150
Adições:		
Despesas não dedutíveis		4
Lucros após ajustes	3.490	1.154
Compensação (30%)	(1.047)	(346)
Lucro Real após compensação	2.443	808
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado:		
Correntes	1.148	368
	1.148	368

15 - Ativos Financeiros de Natureza Imobiliária Restritos

A Companhia baixou sua totalidade, considerando que uma parte foi vendida e a outra parte foi transferida para o contas a receber.





.25.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

16 - Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

A Companhia é parte integrante (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração da Companhia, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa dos mencionados processos, entende que as ações judiciais não têm probabilidade de perdas, portanto, não há provisões a serem constituídas para fazer face aos processos.

A seguir, o quadro das ações com probabilidade de perda possível:

	2025	2024
Processos trabalhistas	1.889	372
Fiscais / administrativas	118.587	113.578
Processos cíveis	933.210	933.408
	1.053.686	1.047.358

16.1. Agência Nacional de Telecomunicações – “ANATEL” e Telemar Norte Leste S.A.

A TCR, controlada pela Companhia, tem o direito de exploração exclusivo sobre o serviço de comunicação multimídia na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU), conforme Contrato de PPP (vide nota explicativa nº 1.1).

No entanto, uma decisão judicial da ANATEL garante às empresas de telecomunicações acesso a 25% da infraestrutura da região.

A Companhia teve uma ação ordinária movida pela Telemar, que questionava o direito de exclusividade.

Em 07/11/2022, houve renúncias na ação, e a decisão da ação ordinária reconheceu a ilegitimidade do Município do Rio de Janeiro, extinguindo o processo.

As ações foram definitivamente encerradas em 01/03/2024, não remanescendo, na data-base das demonstrações financeiras, riscos cíveis que demandem constituição de provisão.





.26.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

17 - Patrimônio Líquido

17.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025, subscrito e integralizado, é de R\$ 35.293 dividido em 35.293.237 ações ordinárias, todas nominativas, de classe única, sem valor nominal, totalmente subscrito, em moeda corrente nacional, podendo ser emitidas ações preferenciais, sem direito a voto. Em 31 de dezembro de 2025, a composição acionária da Companhia está representada como segue:

<u>Acionistas</u>	31/12/25	
	Quantidade de ações	%
Certha Investimentos S/A.	13.234.963	37,50%
Construtora COESA S.A	1	0,00%
Novonor Properties Parcerias S/A.	13.234.963	37,50%
OECI S.A.	1	0,00%
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.	8.823.309	25,00%
	<u>35.293.237</u>	<u>100,00%</u>

17.2. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado no exercício, até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros é constituída pelo montante remanescente do lucro líquido, após terem sido destinados à constituição das reservas de que tratam os artigos 193 a 196, da Lei 6.404/76.

17.3. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui base para distribuição de dividendos.





.27.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

17.4. Prejuízos Acumulados

A Companhia em seu patrimônio líquido apresenta um resultado acumulado negativo de R\$ 360.465, conforme composição abaixo.

Composição do resultado acumulado:

Lucros acumulados de 2010 a 2013	69.263
Dividendos distribuídos	(65.873)
Prejuízos acumulados de 2014 a 2025	(363.855)
	<u>(360.465)</u>

18 - Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prestação de serviços	4.342	5.268	19.666	19.786
(-) Impostos sobre serviços	(618)	(751)	(2.119)	(2.174)
Receita operacional líquida	<u>3.724</u>	<u>4.517</u>	<u>17.547</u>	<u>17.612</u>

19 - Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros	(1.450)	(3.669)	(7.137)	(9.749)
Materiais e equipamentos	(88)	(160)	(157)	(217)
Despesa com pessoal	-	(32)	(3.481)	(3.472)
Depreciação e amortização	(111)	(163)	(3.206)	(3.337)
Despesas com aluguéis	(34)	(12)	(626)	(583)
Comunicação e telefone	(14)	(20)	(20)	(26)
Seguros	(200)	(227)	(354)	(382)
Custos diversos/reversão	(1.270)	383	(1.338)	236
	<u>(3.167)</u>	<u>(3.900)</u>	<u>(16.319)</u>	<u>(17.530)</u>
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(3.167)	(3.900)	(10.315)	(11.073)
Despesas operacionais	-	-	(6.004)	(6.457)
	<u>(3.167)</u>	<u>(3.900)</u>	<u>(16.319)</u>	<u>(17.530)</u>





.28.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

20 - Resultado Financeiro, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Receitas financeiras</u>				
Aplicações financeiras	2.025	752	4.784	2.407
Juros ativos	31	22	31	22
Correção monetária - diferida	45.200	47.072	45.200	47.072
Reversão da taxa de rentabilidade sobre o empréstimo de 2%	-	1.357.405	-	1.357.405
Outros	491	1.466	554	1.503
	<u>47.747</u>	<u>1.406.717</u>	<u>50.569</u>	<u>1.408.409</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos	(156.452)	(107.200)	(156.452)	(107.200)
Despesas Financeiras – Contrato de PPP	(1.885)	(22.765)	(1.885)	(22.765)
Outros	(3)	(28)	(6)	(35)
	<u>(158.340)</u>	<u>(129.993)</u>	<u>(158.343)</u>	<u>(130.000)</u>
	<u>(110.593)</u>	<u>1.276.724</u>	<u>(107.774)</u>	<u>1.278.409</u>

21 - Partes Relacionadas

O valor agregado das transações e saldos em aberto com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composto como segue:

	Passivo circulante	
	Fornecedores (nota 11)	
	2025	2024
Consórcio Porto Rio	(46.609)	(52.325)
	<u>(46.609)</u>	<u>(52.325)</u>

Os custos dos serviços prestados referem-se a serviços realizados pelo Consórcio Porto Rio para a mobilização das grandes obras, os quais têm os próprios acionistas da Companhia como participantes dos Consórcios.

21.1. Remuneração dos Administradores

A remuneração da Administração, que contempla a Direção da Companhia, foi reconhecida no resultado do exercício no montante de R\$ 2.821 (R\$ 2.537 em 2024). O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e a variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.





.29.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

22 - Instrumentos Financeiros

22.1. Gerenciamento de risco

A Concessionária possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Concessionária para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Concessionária.

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

22.1.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Concessionária incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros.

Visto que toda a prestação de serviço é realizada com órgão público mediante assinatura de contrato, a Administração da Companhia entende que o risco de crédito de contas a receber não é significativo.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Diretoria. Estas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

22.1.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Concessionária encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.





.30.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A Concessionária garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros (consolidado).

	<u>Até</u> <u>12 meses</u>	<u>De 1 a</u> <u>3 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	46.745	-	46.745
Empréstimos e financiamentos	1.249.501	-	1.249.501

22.1.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como as taxas de juros, tenham efeitos sobre os ganhos da Concessionária ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

22.1.4. Risco da taxa de juros

A Concessionária adota a política de indexar as operações de investimento e empréstimos pelo CDI. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia à variação de 10% da exposição às taxas de rendimento e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2025. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

<u>Modalidade</u>	<u>Risco</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/25</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/24</u>
Empréstimo garantido – 114,5% CDI	Alta do CDI	1.249.501	1.093.049

22.2. Classificações contábeis e valores justos

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos e fornecedores.





.31.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

22.3. Gestão de capital

A companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando-a às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captação de novos empréstimos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

23 - Cobertura de Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros e seus respectivos limites máximos de indenização estão apresentados como segue:

<u>Seguro</u>	<u>Prazo de vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Directors & Officers - D&O	07/07/25 a 07/07/26	40.000
Seguro empresarial	17/06/25 a 17/06/26	1.300
Veículos (110% tabela FIPE)	14/06/25 a 14/06/26	342

24 - Eventos Subsequentes

A Sociedade avaliou os acontecimentos entre a data-base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não identificou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.





.32.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

25 - Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de abril de 2026.

paulo.quimaraes@portonovosa.cc

Composição da diretoria:

 Paulo Henrique Cals de Guimarães (Assinado)

Paulo Henrique Cals B. Guimarães

 Andrea Tosta (Assinado)

Andrea Tosta (Assinado)

 Andrea Baptista Tosta da Silva (Assinado)

Andrea Baptista Tosta da Silva

Diretora de Operações

esequiel.esecconsultoria@gmail.c

Controladoria:

 Esequiel da Conceição (Assinado)

Esequiel da Conceição

Gerente de Controladoria e Financ.

CRC/RJ: RJ-052950/O-0

 Pâmela Fernanda de Jesus Pires (Assinado)

Pâmela Fernanda de Jesus Pires

Contadora

CRC/RJ: 111.320/O-2

Rel019



CPN-DFs-2025 pdf

Código do documento a024975e-f05f-4f48-8fcf-d82ed5b24bd5



Assinaturas



Paulo Henrique Cals de Beauclair Guimarães
paulo.guimaraes@portonovosa.com
Assinou

Paulo Henrique Cals de Beauclair Guimarães



Andrea Baptista Tosta da Silva
andrea.tosta@portonovosa.com
Assinou

Andrea Baptista Tosta da Silva



ESEQUIEL CONCEICAO
esequiel.esecconsultoria@gmail.com
Assinou



PAMELA FERNANDA DE JESUS PIRES
pamela.pires@portonovosa.com
Assinou

PAMELA FERNANDA DE JESUS PIRES

Eventos do documento

06 Apr 2026, 16:23:23

Documento a024975e-f05f-4f48-8fcf-d82ed5b24bd5 **criado** por JAQUELINE DE ASSIS DA SILVA (0660ba7b-6d72-4261-a931-bd86175d59b4). Email:suporte-ti@portonovosa.com. - DATE_ATOM: 2026-04-06T16:23:23-03:00

06 Apr 2026, 16:27:10

Assinaturas **iniciadas** por JAQUELINE DE ASSIS DA SILVA (0660ba7b-6d72-4261-a931-bd86175d59b4). Email:suporte-ti@portonovosa.com. - DATE_ATOM: 2026-04-06T16:27:10-03:00

06 Apr 2026, 16:29:24

PAMELA FERNANDA DE JESUS PIRES **Assinou** - Email: pamela.pires@portonovosa.com - IP: 189.112.100.9 (189-112-100-009.static.ctbctelecom.com.br porta: 54530) - **Geolocalização: -22.8945 -43.1977** - Documento de identificação informado: 094.862.377-27 - DATE_ATOM: 2026-04-06T16:29:24-03:00

06 Apr 2026, 16:31:58

ANDREA BAPTISTA TOSTA DA SILVA **Assinou** (84b73f73-d9cb-44fd-a308-de747ca418c3) - Email: andrea.tosta@portonovosa.com - IP: 189.112.100.9 (189-112-100-009.static.ctbctelecom.com.br porta: 24928) - Documento de identificação informado: 053.794.757-44 - DATE_ATOM: 2026-04-06T16:31:58-03:00

06 Apr 2026, 16:34:36

ESEQUIEL CONCEICAO **Assinou** (785b44a6-cc93-4909-b3ae-9dbc991e6bc5) - Email: esequiel.eseconsultoria@gmail.com - IP: 191.202.226.138 (191-202-226-138.user.vivozap.com.br porta: 12672) - **Geolocalização: -23.4485826 -47.4496135** - Documento de identificação informado: 583.118.587-72 - DATE_ATOM: 2026-04-06T16:34:36-03:00

06 Apr 2026, 16:43:49

PAULO HENRIQUE CALS DE BEAUCLAIR GUIMARÃES **Assinou** - Email: paulo.guimaraes@portonovosa.com - IP: 191.34.71.15 (191.34.71.15.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 48246) - **Geolocalização: -22.983116833375963 -43.20987414960873** - Documento de identificação informado: 011.798.677-18 - DATE_ATOM: 2026-04-06T16:43:49-03:00

Hash do documento original

(SHA256):81bfce74406a4a0422c2c7ea45eaa03b009d474ba310137b788c60508f98a46f

(SHA512):d9edca4300e9eb7e8f2f32cbfe7919d8f3f05d97d08e51d7b95583155f01a8bc30682f6db67a554f90bf7c774c4d32864525be33a28244d78bd3e064547c4de4

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
